



**AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A**  
 AV. GOIÁS N. 91 – CENTRO – GOIÂNIA/GO – Site: www.goiásfomento.com  
 CNPJ.: 03.918.382/0001-25



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2021**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em 2021, mesmo com a pandemia apresentando sinais de arrefecimento, ainda foram necessárias diversas ações governamentais a fim de atenuar os efeitos sobre a economia e a segurança alimentar das famílias.

Desempenhando importante papel nesse contexto, a Goiás Fomento atuou na execução de programas de transferência de renda gestado pelo Governo de Goiás, especificamente na fase de desembolsos, por meio de cartão pré-pago. Além de contribuir no fomento por meio de financiamentos produtivos às empresas, foco principal da agência, contribuiu para transferência de renda às famílias goianas, com desembolsos em todos programas sociais operacionalizados por meio da Goiás Fomento, somaram **R\$ 62.769.158,99** (sessenta e dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). Essa injeção de recursos na economia, além de recuperar parte da capacidade de consumo das famílias de baixa renda, contribuíram de certo modo para o bom funcionamento da economia, em especial, aos micro e pequenos empreendimentos.

Alinhada às políticas públicas de manutenção do emprego e da renda geridas pelo Governo de Goiás, a Goiás Fomento aderiu às ações de combate aos efeitos nocivos à economia, com adoção de diversas medidas, dentre elas, a concessão de financiamentos no microcrédito, a renegociação de crédito inadimplidos, contribuindo com o fluxo de caixa nas microempresas e empresas de pequeno porte.

**1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO**  
 O lucro líquido alcançado em 2021 foi de **R\$ 342 mil**, enquanto a obtido em 2020 foi de **R\$ 2,4 milhões**, conforme demonstrações.

Uma das principais causas de redução no lucro líquido, foram as **despesas com provisões para devedores duvidosos**, sendo **R\$ 3,5 milhões** maiores em relação ao ano anterior, em face das dificuldades econômicas provocadas pelas restrições durante a pandemia da COVID-19. No exercício, essa despesa somou **R\$ 10,5 milhões** enquanto em 2020, foi de **R\$ 7,0 milhões**, ou seja, **R\$ 3,5 milhões** maior.

Na despesa com pessoal, embora maior **R\$ 2,5 milhões** em relação ao exercício anterior, apenas **0,83%** foi aumento real, visto que, da variação de **11,3%** no exercício de 2021, **10,97%** foi correção salarial da categoria dos bancários, dos quais, **10,47%** foi inflação.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 7,4 em 31/12/2020 para R\$ 12,3 milhões em 31/12/2021**. O crescimento pouco maior, proporcional ao crescimento da carteira de crédito, ficando os índices de provisão em **5 e 7,6%**, no final dos respectivos exercícios.

**1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS: INDICADORES**

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2021 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO DE 2020 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	52.496	47.665	4.831
Resultados Prestação de Serviços	16.705	17.557	(853)
Resultados Operacionais	151	3.472	(3.321)
Lucro Líquido Antes de Tributação	248	3.962	(3.714)
<b>PRINCIPAIS DESPESAS</b>			
Provisão para Devedores Duvidosos	10.532	7.033	3.515
Despesas de Pessoal	24.310	21.841	2.468
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
Ativos Totais	291.026	307.909	(16.883)
Operações de Crédito	161.944	148.066	13.878
Patrimônio Líquido	197.118	197.725	(607)
<b>INDICADOR FINANCEIRO</b>			
Índice de Lucratividade	0,47%	8,31%	(-7,84%)

Os ativos totais tiveram redução de **5,5%** quando comparado ao exercício anterior, saindo de **R\$ 307,9 milhões para R\$ 291 milhões**, ficando **R\$ 16,9 milhões** menor, principalmente, pelas amortizações das captações de recursos junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do PNMPO e do FUNGETUR. Da mesma forma, o patrimônio líquido passou de **R\$ 197,7 para R\$ 197,1**, com redução de **0,3%**. Os desembolsos da GOIÁS FOMENTO somaram **R\$ 64,7 milhões** com 2.967 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos nas operações de repasses do BNDES e FINEP. Em relação ao ano anterior o volume de desembolsos foi **25%** menor, porém, em relação ao número de contratos, foi **70%** maior, em face do foco no microcrédito que possui valor médio abaixo de **R\$ 21 mil**.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES /FUNGETUR), ao final do exercício de 2021 ficou em **R\$ 161,9 milhões**, sendo **R\$ 13,9 milhões** maior em relação a 31/12/2020 enquanto o número de contratos ativos aumentou para **6.659 contratos** contra **6.340 em 2020**, com variação de **5%**.

O saldo de recursos em tesouraria passou de **R\$ 117,4 milhões** no final de 2020 para **R\$ 94,0 milhões**.

**2. ATUAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA**

No exercício de 2021, os agentes econômicos enfrentaram sérias e pesadas restrições por causa da pandemia ocasionada pela COVID-19. Diversas políticas públicas foram criadas com o objetivo de atenuar os impactos negativos sobre a atividade produtiva, em especial, do micro e pequeno empreendedor. No exercício, teve início o funcionamento do FUNDEQ - Fundo de Equalização para o Empreendedor, que oferece subsídios nos juros, como também, concede aval nas operações de crédito. Esse mecanismo tem sido um facilitador na tomada de crédito por micro e pequenos empreendedores que apresentam dificuldades de acessar o sistema bancário tradicional de crédito. Somente no PEAME - Programa Emergencial de Apoio ao Microempreendedor, criado pelo Governo de Goiás, operacionalizado pela Goiás Fomento, foram desembolsados mais de **R\$ 29,6 milhões**, com mais de **R\$ 8,9 milhões** em garantias de aval e subsídios de juros.

Convênios com prefeituras municipais estão sendo formalizados visando a captação de recursos para o FUNDEQ, com objetivo de financiamento aos empreendimentos em municípios.

Através do FAMPÉ - Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa, fundo garantidor disponibilizado pelo SEBRAE voltado para garantia nas operações de micro e pequenas empresas, a Goiás Fomento contratou em 2021 o montante **R\$ 38,1 milhões**. Destaca-se que a agência ocupou o terceiro lugar no ranking nacional e o primeiro entre as regiões de fomento como a instituição que mais contratou operações de crédito com o aval do fundo.

Atuando na operacionalização de programas de transferência de rendas na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprender do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a Goiás Fomento, somente com desembolsos por meio do cartão, emitiu **72.655** cartões com um volume financeiro de mais de **R\$ R\$ 61.771.258,99** (sessenta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos).

A Goiás Fomento participou da Caravana da Retomada em diversos municípios do Estado. Na ação, disponibilizou linhas de crédito para micro e pequenos empreendedores locais e visitaram **85 municípios** com **664 atendimentos**, que tem como objetivo principal, promover a reinserção econômica de empresas que foram atingidas pela pandemia e também manter ativos as empresas que sobreviveram à crise. A Goiás Fomento busca a captação de recursos por meio do Fonplata, instituição financeira que reúne cinco países, e tem como objetivo apoiar projetos que atendam de desenvolvimento econômico e social priorizado pelo Estado. Os esforços iniciais visam captar **US\$ 5 milhões** de dólares sem a necessidade de garantia soberana.

Na cadeia do turismo foram disponibilizadas linhas de crédito, com valores que podem chegar a **R\$ 2 milhões**, cujo objetivo é a preservação de empresas e empregos na pandemia. Os recursos para repasses são oriundos de convênio firmado com o Ministério do Turismo, e repassados através do Fundo Geral de Turismo - Fungetur, que disponibilizou no total, **R\$ 84 milhões**, com a utilização prevista em tranche. As ações para o desenvolvimento do turismo, por meio do programa Rota do Turismo, ocorreram em parceria com a Goiás Turismo, e realizada em todas as dez regiões turísticas do Estado, com o objetivo de divulgar as linhas de crédito especiais destinadas ao setor. Foram visitados cinco municípios com mais de **150 atendimentos** realizados.

Para o desenvolvimento do agronegócio no Estado, foi reestruturada a Gerência do Agronegócio - GERAG, dotando-a de profissionais especializados que estão atuando na prospeção e captação de negócios. Foi firmado parceria com a EMATER e treinados 130 técnicos, para atuar na elaboração do projeto técnico e plano de negócios rural em conjunto com os produtores rurais, apresentação da documentação junto a Goiás Fomento para a análise de crédito dos produtores rurais.

**3. PERSPECTIVAS**

A GOIÁS FOMENTO continuará atuando em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial sua jurisdição, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços na implementação de diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

A Goiás Fomento iniciará em 2022, operações com equalização do FUNDEQ na linha de crédito **Mais Crédito**, voltado para microcrédito com subsídios que podem alcançar 100% (cem por cento) dos encargos financeiros.

Ampiar o leque de serviços financeiros por meio de contratação de soluções em *whit label*, incluindo serviços de conta digital, subadiquência, emissor de cartão, associado a realização de operações de crédito para desconto de recebíveis, cujo processo de estudo está em andamento.

Formalização de parcerias com órgãos da administração estadual bem como com prefeituras goianas visando a disponibilização de cartão *private label* na modalidade pré-pago, para pagamento de programas sociais e de transferência de renda.

**Agradecimentos**

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2021, destaca a administração profissional esperada dessa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 12 de abril de 2022.

NATÁLIA CALIMAN VIEIRA  
 Presidente do Conselho de Administração

RIVALE AGUIAR PEREIRA  
 Diretor-Presidente

FERNANDO FREITAS SILVA  
 Diretor de Operações

JOSÉ ALVES QUEIROZ  
 Diretor Administrativo e Financeiro

**BALANÇETES PATRIMONIAIS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)**

ATIVO	31/12/21	31/12/20
<b>CIRCULANTE</b>	<b>204.353</b>	<b>211.951</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>7</b>	<b>27</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>93.947</b>	<b>117.378</b>
Carteira Própria (NOTA 4)	93.947	117.378
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)</b>	<b>74.754</b>	<b>54.110</b>
Empréstimos Setor Privado	41.982	18.560
Financiamentos Setor Privado	37.570	36.596
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.707	2.040
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(6.520)	(3.086)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>28.554</b>	<b>32.674</b>
Diversos (NOTA 6)	28.554	32.679
Provisão p/ Outros Créditos	-	(18)
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>7.091</b>	<b>7.762</b>
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	7.469	8.248
Provisão p/ Desv. De Outros Val. e Bens	(378)	(486)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>86.673</b>	<b>95.958</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>82.448</b>	<b>91.726</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)</b>	<b>74.879</b>	<b>85.419</b>
Empréstimos Setor Privado	43.182	47.110
Financiamentos Setor Privado	35.692	39.191
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.795	3.473
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(5.790)	(4.355)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>7.569</b>	<b>6.307</b>
Diversos (NOTA 6)	7.569	6.325
Provisão p/ Outros Créditos	-	(18)
<b>PERMANENTE (NOTA 8)</b>	<b>4.225</b>	<b>4.232</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>10</b>	<b>-</b>
Ações	10	-
<b>IMÓVEIS DE USO</b>	<b>3.465</b>	<b>3.539</b>
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(824)	(750)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>634</b>	<b>511</b>
Imobilização de Uso	1.948	1.704
Depreciações Acumuladas	(1.314)	(1.193)
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>34</b>	<b>22</b>
Outros	34	22
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>82</b>	<b>160</b>
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(312)	(234)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>291.026</b>	<b>307.909</b>

PASSIVO	31/12/21	31/12/20
<b>CIRCULANTE</b>	<b>59.044</b>	<b>70.538</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)</b>	<b>50.685</b>	<b>60.251</b>
Repasses do País - BNDES	1.394	2.245
Repasses do País - FCO	4.623	6.366
Repasses do País - FINEP	291	292
CEF - PNMPPO	6.155	6.154
Repasses do País - FUNGETUR	38.222	45.194
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)</b>	<b>8.359</b>	<b>10.287</b>
Sociais Estatutárias	60	300
Fiscais e Previdenciárias	1.647	1.744
Diversas	6.652	8.243
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>231.982</b>	<b>237.371</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>34.864</b>	<b>39.646</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)</b>	<b>34.864</b>	<b>39.646</b>
Repasses do País - BNDES	709	1.487
Repasses do País - FCO	11.387	15.543
Repasses do País - FINEP	167	447
CEF - PNMPPO	7.525	12.991
Repasses do País - FUNGETUR	15.076	9.178
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>197.118</b>	<b>197.725</b>
Capital Social (NOTA 11)	186.069	179.777
Aumento de Capital	-	5.699
Reserva de Lucros	11.049	12.249
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>291.026</b>	<b>307.909</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)**

DISCRIMINAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS		
		2º Semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>10.265</b>	<b>20.110</b>	<b>12.095</b>
Operações de Crédito	Nota 5 e)	6.560	14.349	8.997
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4 b)	3.705	5.761	3.098
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(6.167)</b>	<b>(10.650)</b>	<b>(7.135)</b>
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(6.105)	(10.532)	(7.033)
Provisão p/ Desvalorização	Nota 12	(62)	(118)	(102)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.098</b>	<b>9.460</b>	<b>4.960</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(3.674)</b>	<b>(9.309)</b>	<b>(1.488)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	8.300	16.705	17.557
Despesas de Pessoal	Nota 13	(13.052)	(24.310)	(21.841)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(5.299)	(9.839)	(8.154)
Despesas Tributárias	Nota 13	(54)	(155)	(135)
Outras Receitas Operacionais	Nota 14	10.255	15.682	18.014
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(3.904)	(7.392)	(6.929)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>424</b>	<b>151</b>	<b>3.472</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>152</b>	<b>97</b>	<b>490</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>576</b>	<b>248</b>	<b>3.962</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>(334)</b>	<b>94</b>	<b>(1.577)</b>
Imposto de Renda	Nota 15.1 a)	(843)	(843)	(1.752)
Contribuição Social	Nota 15.1 a)	(847)	(847)	(1.421)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	699	605	601
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	699	1.240	995
Participação dos Empregados	(42)	(61)	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		<b>242</b>	<b>342</b>	<b>2.385</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00</b>		<b>0,0013</b>	<b>0,0018</b>	<b>0,0133</b>

**DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)**

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO</b>	<b>342</b>	<b>2.385</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>342</b>	<b>2.385</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)**

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AMEN-TO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	EXPA-NSÃO	IN-CEN-TIVOS FISCAIS	LUCROS ACCUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 30/06/2021</b>	<b>179.777</b>	<b>5.999</b>	<b>4.127</b>	<b>4.647</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>-198.125</b>
Capital à Realizar	-	4.000	-	-	-	4.000	4.000
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	242	242
Reserva Legal	-	-	12	-	-	(12)	-
Reserva para Expansão	6.292	(6.292)	-	230	-	(230)	-
Pagamento ao acionista	-	(3.707)	-	(1.542)	-	-	(5.249)
<b>SALDO EM 31/12/2021</b>	<b>186.069</b>	<b>-</b>	<b>4.139</b>	<b>3.335</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>-197.118</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>6.292</b>	<b>(5.999)</b>	<b>12</b>	<b>(1.312)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.007)</b>

SALDO EM 31/12/2019	173.150	1.820	4.003	7.393	3.575	-	-189.941
Aumento de Capital	-	(1.820)	-	-	-	-	(1.820)
Transferência p/ Aum. de Capital	6.627	5.699	-	(7.443)	-	-	4.883
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.385	2.385
Reserva Legal	-	-	119	-	-	(119)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	4.602	-	(1.966)	2.636
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(300)	(300)
<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	<b>179.777</b>	<b>5.699</b>	<b>4.122</b>	<b>4.552</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>-197.725</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.627</b>	<b>3.879</b>	<b>119</b>	<b>(2.841)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-7.784</b>

SALDO EM 31/12/2020	179.777	5.699	4.122	4.552	3.575	-	-197.725
Capital à Realizar	-	4.000	-	-	-	-	4.000
Aumento de Capital	-	300	-	-	-	-	300
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	342	342
Reserva Legal	-	-	17	-	-	(17)	-
Reserva para Expansão	6.292	(6.292)	-	325	-	(325)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento ao							



continuação

**b) Concentração de crédito e risco de crédito**

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Principal devedor	1.761	2.265
% sobre o total da carteira op. crédito	1,09%	1,53%
Vinte maiores devedores	16,087	22,271
Percentual do total	9,93%	15,05%

**c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682/99, do CMN.

Níveis de risco	(%) de provisão R. 2682	Operações de crédito: 31/12/2021	Provisão 31/12/2020	Operações de crédito: 31/12/2020	Provisão 31/12/2020
A	0,5	6.114	31	8.649	43
B	1	131.125	1.311	125.890	1.257
*C	3	6.926	208	3.243	97
D	10	3.914	391	1.543	154
E	30	3.069	921	2.877	893
F	50	1.153	576	2.189	1.095
G	70	2.568	1.798	1.169	1.118
H	100	7.074	7.074	3.907	3.907
<b>Totais</b>	-	<b>161.943</b>	<b>12.310</b>	<b>148.067</b>	<b>7.474</b>

\*Em 2020, estão classificados no nível de risco "C" além, das operações de crédito o valor de leilão dos bens não de uso próprio.

**d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Descrições	Exercício
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>7.474</b>
Constituição no primeiro semestre/2021	4.923
Baixas no primeiro semestre/2021	(2.249)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>10.148</b>
Constituição no segundo semestre/2021	7.710
Baixas no segundo semestre/2021	(5.548)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>12.310</b>

e) Recolhas com a carteira de operações de crédito. Conforme Artigo 9º da Resolução 2682/99, do CMN.

Descrições	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	6.560	14.349	8.997

**Nota 6 – Outros ativos**

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber	19.280	23.085
Adiantamentos concedidos	-	134
Créditos tributários (L. Prazo Nota 15.2)	7.569	5.724
Devedores por outros valores e bens - Leilão	-	1.097
Impostos e contribuições a serem restituídos	1.174	1.750
Devedores por depósitos em garantia (*)	968	894
Pagamentos a Ressarcir	6.342	5.795
Totais	583	502
<b>Totais</b>	<b>36.123</b>	<b>38.981</b>
Curto Prazo	28.554	32.674
Longo Prazo	7.569	6.307

(\*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto civis.

**Nota – Outros valores e bens**

**a) Resumo das contas**

Descrições	30/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	7.082	7.031
Provisão para desvalorização (b)	(378)	(486)
Despesas antecipadas	387	427
<b>Total</b>	<b>7.091</b>	<b>7.762</b>

**b) Ativos não financeiros mantidos para venda**

A partir de 01/01/2021, os Bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução do CMN nº 4.747/2019.

Referidos bens são levados à leilão público e, conforme normas, por venda direta.

**Nota 8 – Permanente**

Descrições	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Investimentos	- 10	-	-	10	-
Imobilizado em curso - Projeto	- 34	-	-	34	22
Imóveis de uso – Terrenos	- 2.422	-	-	2.422	2.422
Imóveis de uso – Edificações	4% 1.867	(824)	-	1.043	1.117
Imobilizado de uso – Edificações	10% 1.948	(1.314)	-	634	511
Intangível	20% 394	(312)	-	82	1.160
<b>Totais</b>	- <b>6.675</b>	<b>(2.450)</b>	-	<b>4.225</b>	<b>4.232</b>

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores ativados.

**Nota 9 – Obrigações por empréstimos e repasses**

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Caixa Econômica Federal – CEF e Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
BNDES	4,07 a.a.	2 anos	31/12/21 31/12/20
Obrigações			2.103 3.732
Curto Prazo			1.394 2.245
Longo Prazo			709 1.487

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FINEP	6,08% a.a.	1 anos/4 meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			458 739
Curto Prazo			291 292
Longo Prazo			167 447

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FCO	7,12% (pré a.a) TFC (pós a.a)	2 ano/11 meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			16.010 21.909
Curto Prazo			4.623 6.366
Longo Prazo			11.387 15.543

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
CEF	4,28% a.a	2anos/5meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			13.680 19.145
Curto Prazo			6.155 6.154
Longo Prazo			7.525 12.991

Descrições	31/12/21	30/12/20
Obrigações	53.298	54.372
Seic a.a. Prazo médio 1 ano	38.222	45.194
Valor à Curto Prazo – Recursos em caixa		
Valor à Longo Prazo – Liberados (Op. Crédito)	15.076	9.178

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
INPC a.a. de janeiro a setembro/21 e de outubro a dezembro passou para SELIC a.a. sendo a média 2,745 a.m. Prazo médio 3 anos/5 meses		
<b>Totais</b>	<b>85.549</b>	<b>99.897</b>

**Nota 10 – Outras obrigações**

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos e bonificações a pagar	-	300
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>300</b>
Fiscais e previdenciárias	165	533
Impostos e contribuições	1.482	1.211
<b>Subtotal</b>	<b>1.647</b>	<b>1.744</b>
Credores diversos	2.369	2.181
Provisão de férias e 13 salários	1.746	1.535
Contingências	968	2.268
Obrigações por aquisição de bens/direitos	622	1.271
Outras	1.007	988
<b>Subtotal</b>	<b>6.712</b>	<b>8.243</b>
<b>Totais</b>	<b>8.359</b>	<b>10.287</b>

**Nota 11 – Capital social**

O Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subdividido e integralizado o valor de R\$ 186.069.209,48 (cento e oitenta e seis milhões, sessenta e nove mil, duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos), representado por 186.069.209 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício foi procedido aumento de Capital Social no valor de R\$6.292.252,14 (seis milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos). Sendo, o valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em espécie, e R\$ 2.292.252,14 (dois milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), pelo Acionista Majoritário – Governo do Estado de Goiás.

**Nota 12 – Despesas da intermediação financeira**

Descrições	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão p/devedores duvidosos*	6.105	10.532	7.033
Provisão p/desvalorização de títulos	62	118	102
<b>Totais</b>	<b>6.167</b>	<b>10.650</b>	<b>7.135</b>

\*A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

**Nota 13 – Despesas de pessoal, administrativas e tributárias**

Descrições	2º Semestre/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de pessoal (*)	13.052	24.310	21.841
<b>Subtotal</b>	<b>13.052</b>	<b>24.310</b>	<b>21.841</b>
Água, energia, gás, aluguéis	197	362	352
Comunicação	103	173	149
Honorários (NOTA 19)	1.013	1.894	1.759
Manutenção/conservação	112	188	211
Serviços de terceiros	307	547	607
Informações cadastrais	308	485	300
Correspondente de crédito	152	328	229
Propaganda/pub. publicação	41	100	63
Técnicos especializados	1.172	2.259	1.898
Vigilância e segurança	264	539	381
Transportes	138	218	172
Emolumento jud/cartório	424	714	430
Tarifas bancárias	163	304	259
Outros	905	1.728	1.344
<b>Subtotal</b>	<b>5.299</b>	<b>9.839</b>	<b>8.154</b>
Tributárias	54	155	135
<b>Subtotal</b>	<b>54</b>	<b>155</b>	<b>135</b>
<b>Totais</b>	<b>18.405</b>	<b>34.304</b>	<b>30.130</b>

(\*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. Em 2021 o valor referente participação dos empregados no resultado, foi classificado na rubrica apuração de resultado participação dos empregados, porém, até 2020, referidos valores, eram classificados na rubrica despesas de pessoal dissido coletivo.

**Nota 14 – Outras Recolhas e Despesas Operacionais**

Descrições	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Outras receitas</b>			
Prestação de serviço (*)	8.380	16.705	17.557
Recuperação de créditos(**)	4.114	6.275	6.268
Recuperação enc. despesas	368	902	1.156
Repasses interfinanceiros(***)	309	740	828
Reversão/pv. operacionais	1.236	3.052	1.470
Equalizações de taxas CPR	2.608	2.849	8.149
Outras	1.620	1.864	143
<b>Total de outras receitas</b>	<b>18.635</b>	<b>32.387</b>	<b>35.571</b>
<b>Outras despesas</b>			
COFINS	856	1.568	1.672
PASEP	139	255	272
ISSQN	421	835	882
Amortização do intangível	39	79	79
Depreciação	104	195	178
Repasses interfinanceiros	2.343	4.158	2.165
Provisão para contingência	2	302	1.681
<b>Totais de outras despesas</b>	<b>3.904</b>	<b>7.392</b>	<b>6.929</b>

(\*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.

(\*\*) Referem-se a recuperação de operações de crédito que havia sido compensados em prejuízo.

(\*\*\*) Referente as receitas com repasses interfinanceiros, não constam nessa Nota, os valores referente as correções dos valores disponíveis do FUNGETUR a serem repassados aos possíveis mutuários da GoiásFomento, esses valores estão aplicados no mercado financeiro, classificados em títulos e valores mobiliários conforme Nota 4) e) e as receitas com correção da operações de crédito referente aos repasses, estão classificadas na rubrica rendas de operações de crédito, constantes da Nota 5).

**Nota 15 – Impostos, contribuições e ativo fiscal diferido**

**15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social**

**a) Base de tributação**

Descrições	IRPJ	CSLL
<b>Resultado do período</b>	<b>248</b>	<b>248</b>
+ Adições		
Provisão para devedores duvidosos/2021	12.311	12.311
Operações de crédito compensadas em prejuízo	3.193	3.193
Despesas não dedutíveis	1.406	1.406
<b>Totais das adições</b>	<b>16.910</b>	<b>16.910</b>
(-) Exclusões		
Provisão para devedores duvidosos/2020	(7.223)	(7.223)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(2.392)	(2.392)
Outras exclusões	(4.187)	(4.187)
<b>Totais das exclusões</b>	<b>(13.802)</b>	<b>(13.802)</b>
<b>= Lucro Real</b>	<b>3.356</b>	<b>3.356</b>

**15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos**

A Instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro. Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.843/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores avaliados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/2021, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

**a) Movimentação da conta do ativo no período:**

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>3.180</b>	<b>2.544</b>	<b>5.724</b>
Constituição no exercício	923	1.241	2.165
Realização no exercício	(319)	-	(320)
<b>Saldo/31/12/2021 – Nota 6</b>	<b>3.784</b>	<b>3.785</b>	<b>7.569</b>
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	3.784	3.785	7.569

**b) Estimativa de realização dos créditos tributários**

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2022		2023	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	946	946	946	946
Contribuição Social	946	946	946	946
<b>Totais</b>	<b>1.892</b>	<b>1.892</b>	<b>1.892</b>	<b>1.892</b>

**c) Natureza dos créditos**

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa, operações de crédito com saldo até R\$15 mil classificados no nível de risco "H", créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até outubro/2021, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizável no valor de: R\$3.785 de Imposto de renda e R\$3.785 de CSLL, totalizando em R\$7.569. Em dezembro/21, não foram constituídos novos créditos em virtude de que, em janeiro de 2022 a alíquota da CSLL, volta de 25% para 20%, época em que, provavelmente haverá realização de parte dos referidos créditos.

**d) Classificação contábil dos créditos tributários**

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

**e) Valor presente dos créditos ativados**

O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 6.982 mil (2020 - R\$ 5.578). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

**Nota 16 – Destinação do resultado**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber com dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.



continuação

b. Demonstrativos  
O resultado contábil em 2021 foi de R\$342 mil, o resultado recorrente foi de R\$(381) e o resultado não recorrente foi de R\$2.568 mil líquidos de impostos, que não se espera que ocorra nos próximos exercícios.

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>342</b>	<b>2.385</b>
(-) <b>Eventos não recorrentes</b>	<b>2.568</b>	<b>(461)</b>
1 Reversão de provisão operacionais	3.052	1.470
2 Resultado não operacional	97	490
3 Contingências	(302)	(1.642)
4 Crédito tributário	1.845	(636)
5 Provisão excedente	(700)	(143)
6 Importo de renda e contribuição social	(1.424)	-
<b>Resultado líquido do exercício recorrente</b>	<b>(381)</b>	<b>2.846</b>

Sendo:  
1 – Decorre de reversão de provisões para devedores duvidosos, no valor de R\$1.729 em conformidade com a Resolução 4.803 do CMN e reversão de provisão de passivos contingentes no valor de R\$1.323;  
2 – Decorre de ganho na alienação de ativos não financeiros;  
3 – Decorre de provisões de processos, referente a ações trabalhista e cíveis, movidas por ex-servidores e por clientes desta Agência em demandas, visando a reparação de supostos danos morais e ou materiais e  
4 – Decorre de diferenças na base de cálculo do referido crédito, por mudança de alíquota da Contribuição Social – CSLL de 20 para 25%, de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

Goiânia, 04 de fevereiro de 2022

**DIRETORIA EXECUTIVA**

RIVAEI AGUIAR PEREIRA  
**Diretor-Presidente**

FERNANDO FREITAS SILVA  
**Diretor de Operações**

JOSÉ ALVES QUEIROZ  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Natália Caliman Vieira  
**Presidente**

Rivael Aguiar Pereira  
**Vice-Presidente**

Vânia Aparecida da Silveira  
**Membro**

Adonildo Neto Vieira Júnior  
**Membro**

Victor Luiz Fonseca Dias  
**Membro**

**CONTADORA**

MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA  
CRC/GO 08.031/O-0

**CONSELHO FISCAL**

Gisele Barreto Lourenço  
**Conselheira**

Donalvam Moreira da Costa Maia  
**Conselheiro**

Ronaldo Dutra Baia  
**Conselheiro**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO**  
**EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25**  
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010  
Goiânia – GO

Prezados Senhores,

**1) Opinião sem Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“GoiásFomento”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“GoiásFomento”) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2) Base para Opinião sem Ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à GoiásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

**3) Principais Assuntos de Auditoria**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**3.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 12,310 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

**• Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Availamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Availamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

**3.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, as demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 7.569 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**• Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Availamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

**4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, à não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**6) Outros Assuntos**

**6.1) Relatório da Administração**

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precificadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

Goiânia/GO, 30 de março de 2022



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” GO  
Sócio Sênior – CNAI 1552

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” GO  
CNAI 4747

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” GO  
CNAI 4850

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Estudo do Crédito Tributário referentes ao exercício findo em 31/12/2021, considerando os termos do Relatório da empresa AUDIMEC Auditores Independentes S/S, **sem ressalva**, opinam que as referidas peças estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, somos por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração. Importante salientar que conforme demonstrações financeiras o **lucro líquido** alcançado em **2021 foi de R\$ 342 mil**, enquanto o obtido em **2020 foi de R\$ 2,4 milhões**. De acordo com os demonstrativos e relatórios apresentados, tal redução do resultado líquido da empresa se deu principalmente pelo **aumento das despesas com provisões** para devedores duvidosos sendo R\$ 3,5 milhões maiores em relação ao ano anterior. O aumento dessa despesa é decorrente do aumento de inadimplência devido as dificuldades econômicas provocadas pelas restrições durante a pandemia da COVID-19. Também houve um aumento na **despesa com pessoal** de R\$ 2,5 milhões (11,30%) em relação ao exercício anterior.

Goiânia, 13 de abril de 2022

**Gisele Barreto Lourenço**  
CONSELHEIRA

**Donalvam Moreira da Costa Maia**  
CONSELHEIRO

**Ronaldo Dutra Baia**  
CONSELHEIRO